

... Cadernos :: edição: 2003 - Nº 22 > Índice > [Resumo](#) > **Artigo**

A cidadania e o desperdício da inteligência

Mário Lúcio de Lima Nogueira

A questão política da educação assume, em nossos dias, uma importância fundamental em virtude do contexto social em que vivemos e, por isto, é inevitável que os valores sejam impostos à sociedade por intermédio da formação do comportamento que, no entanto, só serão legítimos se forem universais. Esta luta de poderes, com base no domínio da inteligência, não é nova. Sem dúvida, a inteligência é o maior atributo do ser humano e é ponto fundamental da aprendizagem e da adaptação psicossocial. O direito a educação e o aproveitamento da inteligência são essenciais para a sustentação da cidadania em todas as suas formas de expressão focalizadas, principalmente, nos princípios concretos dos direitos humanos e nas práticas da ação política. Para o portador de Altas Habilidades em particular, a possibilidade de desenvolver sua potencialidade avulta de importância, pois estes indivíduos, quando bem orientados, podem contribuir decisivamente no progresso da humanidade.

Palavras-chave: Educação Especial, Altas Habilidades, Cidadania.

Desde a mais remota antigüidade, os homens descobriram que o conhecimento, em todas as suas formas, era sinônimo de poder e dominação e, em função disto as classes dominantes passaram a exercer um controle efetivo sobre as formas de transmissão do saber. Até praticamente a Idade Média, a educação formal era exercida por mestres especialmente contratados para transmitir seus conhecimentos aos seus nobres pupilos dentro de seus castelos, enquanto as classes menos privilegiadas contentavam-se em passar os seus saberes profissionais de pai para filho, sem as grandes ambições reservadas aos "todos poderosos" que tudo controlavam. (Schmidt,1996).

Com o advento da industrialização, a classe trabalhadora sentiu a necessidade de buscar novas formas de ganhar seu sustento e a conseqüência lógica foi à busca de novas fontes de conhecimento, forçando-se, com isto, a ampliação de uma educação formal que atendesse a todos, indiscriminadamente. Diversos movimentos libertários surgem neste período e, em seu bojo trazem a nova visão das instituições educacionais como formadoras de uma nova ordem social mais justa e mais igualitária obrigando com isto que as castas mais privilegiadas dividissem seus conhecimentos e, conseqüentemente, seu poder com os menos favorecidos. A transmissão de saberes já não aparece como sendo destinada a formar uma elite capaz de guiar as nações em sua emancipação, mas sim, como algo capaz de assegurar, convenientemente, o papel social de todos nos lugares pragmáticos de que as instituições necessitam. Estas transformações provocam, também, mudanças significativas no conceito de cidadania, levando o homem "comum" a buscar seu verdadeiro lugar na sociedade (Schmidt,1996).

Os conceitos originais de cidadania têm suas origens na Grécia Antiga onde era definida como sendo a capacidade que os habitantes de uma localidade tinham de decidir os destinos de sua cidade. Esta definição, após passar por diversos estágios, chega a sua consolidação nos modernos Estados-nação onde os cidadãos precisam compreender que seus papéis implicam direitos e deveres em relação a um conceito abstrato - o Estado (Chauí,1997). A cidadania passa a ser então, mais uma das identidades sociais que o indivíduo adquire e que o distinguirá dos demais. Mas, para ter direito a ela, suas atitudes e comportamentos esperados serão modelados através da racionalidade ajudando-o a domar suas paixões fragmentadoras das outras identidades tais como gênero, raça, credo e outras (Lukes e Garcia,1999).

Aristóteles, segundo nos ensina Chauí (1997), abordou a questão da cidadania através do enfoque da política e seu aspecto normativo onde a melhor forma de governo deveria possibilitar o pleno desenvolvimento de todos os seus habitantes a fim de fortalecer as virtudes necessárias para a formação de cidadãos pois, segundo ele, uma república só pode ser virtuosa se todos os seus cidadãos são virtuosos. Gómez (2000) afirma que "prevalece hoje uma noção de cidadania identificada com um elenco conhecido de liberdades civis e políticas (...) que possibilitam a participação formal dos membros

de uma comunidade política nacional, especialmente na escolha das autoridades que ocupam os mais elevados cargos e funções de governo"(p.64). Paradoxalmente, esta função de Estado supõe uma certa passividade por parte dos cidadãos, o que contraria o caráter fundamental da cidadania, compreendida como capacidade de participação e atuação efetiva na vida pública. Com o crescimento das cidades e do Estado, maior e mais constante passou a ser a interferência do poder público na vida dos cidadãos, sob a justificativa de protegê-lo e controlá-lo. Conforme nos diz Canivez (1991), "A cidadania define a pertença a um Estado. Ela dá ao indivíduo um 'status' jurídico, ao qual se ligam direitos e deveres particulares. (...) a cidadania, e sobretudo o acesso à cidadania, depende então da adesão a uma certa

maneira de viver, de pensar ou de crer.”(p.15). No entanto, os vínculos sociais são, acima de tudo, vínculos de poder onde a questão crucial para sua harmonia é a forma de persuasão ou de imposição que apoiem o tipo de sociedade criada e onde

...coloca-se deste modo o problema fundamental: quem arbitrará os conflitos, quem poderá pronunciar a lei na qual os cidadãos iguais se distribuirão? Todos sendo iguais, não existem razões para que uma opinião prevaleça sobre outra, não existe fundamento para uma autoridade legítima.” (...) face a tais condições, o poder só pode ser exercido por um ditador ou por uma camada dirigente que definirá as orientações da sociedade, que expressará suas preferências e as imporá aos cidadãos, para sua felicidade ou infelicidade (Enriquez,1983,p.250).

Assim sendo, todo cidadão pouco mobilizado ou indiferente; que tenha outros tipos de valores ou uma outra concepção de Estado torna-se um traidor em potencial e deve, por isto, ser punido.

Deste modo a cidadania restringe-se ao estreito estrato formado pelos proprietários e as classes ou grupos integrados a sua hegemonia, enquanto que a grande massa da sociedade padece de uma situação crescentemente resistida de exclusão democrática, dado que a plenitude dos direitos políticos fica circunscrito a uns poucos ricos e poderosos, sendo o capital intelectual de primeira classe uma nova fonte de poder (Castel, 1997). As ameaças à cidadania residem deste modo, na perda da autonomia individual face à interpretação fragmentada do mundo que nos é passada pela mídia e que necessita ser reformulada no contexto desta nova realidade. No entanto, o significado atribuído a estas ameaças dependerá do que se considera ser a base histórica da institucionalização da cidadania. Se as relações de direitos e deveres do cidadão tornarem-se resultado de contrato, estas relações, a partir do momento em que eu posso pagar por elas, podem tornar-se privilégio. Este fato gerará, em consequência, diversos tipos de cidadãos, com direitos e deveres desiguais e, esta atribuição de um status especial a certas categorias da população é, sem dúvida, a ameaça principal na conjuntura atual.” (Castel, 1997,p.44).

Para fazer frente às estas desigualdades o mecanismo mais eficaz que a sociedade dispõe é a educação formal e sistemática transmitida pelas escolas, razão pela qual as nações passam a preocupar-se em rescrever suas Constituições e Leis, adaptando-as aos novos tempos culminando com a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas, 1948) que, já em seu preâmbulo, entre outras coisas, reafirma a importância da educação no contexto social quando nos diz que:

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo; (...)

A Assembléia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades (...) (ONU,1948).

Mais adiante, o mesmo documento, torna a enfatizar a importância do tema quando afirma que

Artigo 26o

1. Toda pessoa tem direito a educação. A educação deve ser gratuita ao menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função de seu mérito.

2. A educação deve visar a plena expansão da personalidade humana e o reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

3. Aos pais pertence a prioridade de escolher o gênero de educação a dar aos filhos (ONU,1948).

No entanto, os detentores do poder, apesar de tacitamente aceitarem e acatarem a nova estrutura social vigente, reagem em dividir seus privilégios pois afinal, poder dividido não é poder. Faz-se, então, necessário dominar o único manancial de transmissão formal deste tesouro cultural que são as escolas, tornando-as redutos exclusivos de alguns poucos privilegiados, fato este que justificaria a derrocada do setor educacional, mormente as escolas públicas. Esta ótica simplista, mas maquiavélica de controle social pode ser apoiada nas palavras de Freud (apud Millot, 2001) que dizia ser o Estado monopolizador da violência, mesmo em tempos de paz, ou em outras palavras, através de manipulações sutis, o Estado faz com que os cidadãos acreditem ser por ele representados, sendo, na verdade, por ele dominados, pois as políticas e instituições estatais são intrinsecamente ambíguas em seus efeitos sobre a

para as pessoas e instituições sociais que institucionalmente emergem em seus espaços sociais e (des)igualdade, dependendo das configurações de poder atrás delas. (Therbon, 1999,p.83).

Segundo Gómez (2000), este fato ocorre através de

(...)uma aberta política de desmobilização da sociedade implementada 'pelo alto', (que) deixam em evidência o traço cada vez mais 'delegativo' das poliarquias realmente existentes, ao mesmo tempo em que se enfraquecem ao extremo os sistemas de representação e as formas de participação política (Gomez, 2000,p.71).

Parece-nos que a exclusão educativa tende a perpetuar-se nas camadas economicamente mais frágeis da nossa sociedade, reforçada por uma distribuição de renda cada vez mais desigual, gerando com isto uma injusta distribuição de poder social, dificultando e as vezes impedindo o livre exercício da cidadania. Assim sendo, acreditamos que este fenômeno pode ser explicado como sendo mais uma maneira de controle social impetrado pelas classes dominantes desejosas em manter seus privilégios e sua hegemonia no contexto social em que vivem.

Esta escola 'dominada' impõe ao indivíduo um status quo social, ao criar nele uma identidade hierarquizada onde o título escolar confere-lhe o direito de estar ou não autorizado a tomar a palavra e elaborar uma posição política gerando, assim, dois tipos de cidadãos – um politicamente capaz e outro excluído da capacidade de exercer qualquer tipo de poder político. Deste modo, a instrução funcionaria como um princípio de seleção ao fundamentar e legitimar a desigual participação eleitoral na democracia e, tendenciosamente, toda a divisão do 'trabalho político'.

Isto fica fácil de entender pois, como afirma Canivez(1991), o Estado não é um poder neutro e anônimo, mas sim, é gerenciado por homens que tem interesses e estes são controlados pelo mais recente e mais forte "senhor feudal" – o dinheiro. Isto, o faz, também, definir o Estado moderno como sendo um instrumento de regulação social a serviço das classes dominantes, o que levaria as democracias contemporâneas a se tornarem "tecnocracias estritamente controladas por uma oligarquia econômica" (Duverger apud Canivez1991, p.24).

Para estas classes que detém o poder, toda educação deve ser conservadora e retrógrada, limitando-se a formar a mão-de-obra para o trabalho, pois do contrário, se buscar uma formação de caráter, competência e capacidade para a cidadania, poderia passar a formar cidadãos aptos ao diálogo, possuidores de senso crítico e tornando-os, portanto, apto a exercer e reivindicar seus direitos políticos, econômicos e cidadãos. Dentro deste contexto, a elite aristocrática se outorga a função de proteger os valores sociais e também de produzir outros que preservem sua própria maneira de ser e agir. Segundo Castel (1997), é no coração da condição salarial que aparecem as fissuras que são responsáveis pela 'exclusão' (p.34). Para isto, os detentores do poder se isolam das massas, protegem sua identidade, sua autoconfiança e resistem ao nivelamento sugerido pelas teorias igualitárias. Passam, então, a criar novas formas de representação social, onde cada um deve ocupar o seu lugar na sociedade, onde cada um tem a sua função social específica e onde cada um deve cumprir o seu papel, pois do contrário, a sociedade como um todo irá pagar um alto preço. Esta nova representação acaba por tornar a cidadania algo estratificado, bem diferente de seu conceito tradicional e desejado. Para Minujin (1999) a idéia de igualdade vem sendo substituída pela aceitação da desigualdade. O ideal de liberdades individuais tem sido banalizado para cobrir a desmedida concentração de riqueza que produz o reinado do dinheiro. (p.54).

As cadeias mais difíceis de romper são as postas por nós mesmos. Ao se aceitar como verdadeira esta representação social estratificada e sem mobilidade, deixamos de perceber que tudo na nova organização social e escolar visa a desestimular aqueles que pensam; o método de ensino utilizado é mecânico e condicionado pois, os "poderosos" querem que todos acreditem que "existem pessoas que nascem para o estudo e outras para o trabalho". É a idéia da "ordem natural" interiorizada que mantém a estratificação social pela desvalorização sistemática da inteligência dos mais explorados afim de que se mantenham assim, sem vontade de lutar por melhores condições de vida.

Esta forma de entendimento de cidadania é disseminada pelos meios de comunicação, controlados pelos dominantes, e interferem em toda nossa cultura, desviando os esforços produtivos das atividades mentais, fazendo com que os menos favorecidos acreditem que são incapazes de pensar e agir. Esta percepção propositadamente distorcida de mundo estabelece-se nos seres humanos desde a mais tenra idade. Nos adultos, este sentimento é constantemente reforçado por fórmulas do gênero: nada há a fazer, eles são mais fortes... . Esta situação, como nos dizem Kymlicka e Norman (1997) acaba por promover uma passividade entre os menos favorecidos, impossibilitando-os de conseguir melhorar suas oportunidades e criando neles, uma cultura de dependência.

Esta doutrinação força a aceitação da "verdade da deficiência socio-cultural" fazendo os mais "fracos" aceitarem o fracasso como aceitam a alternância do dia e da noite. Este pessimismo inoculado permite que a sociedade mantenha o "status quo" dos poderosos e a organização social sem a necessidade de força física...

O controle social, através de discurso doutrinário repetido na mídia, nas escolas e outros meios de divulgação tem, não o objetivo de condicionar a população, mas sim de reprimir e inibir a emergência de ações ou idéias inovadoras. Este poder perverso mantém a inteligência aprisionada através da "capitalização social", onde a dominação não é mais territorial, mas se dá pelo uso do poder econômico. A igualdade dos cidadãos implica na igualdade dos indivíduos em relação ao saber e à formação(...). Essa educação não pode mais simplesmente consistir numa informação ou instrução que permita ao indivíduo, enquanto governado ter conhecimento de seus direitos e deveres, para a eles conformar-se com escrúpulo e inteligência. Deve fornecer-lhe, além dessa informação, uma educação que corresponda à sua posição de governante potencial (Canivez,1991,p.31).

É inevitável que os valores sejam impostos à sociedade por intermédio da formação do comportamento, no entanto só serão legítimos se forem universais. Apesar de sabermos que a educação seja responsabilidade de todos os segmentos da sociedade, a escola continua e sistematiza a transmissão dos comportamentos fundamentais mas, como não são apenas estes valores sociais que transmite mas, sim, uma gama de "outros" que podem servir aos interesses desta ou daquela classe esta "escola dominada" passa a desempenhar, desta forma, a função de instrumento de desmobilização social através da qual uma classe privilegiada submete às outras a sua "maneira de viver", seus interesses e sua dominação.

Em virtude destes fatos, a questão da educação assume, em nossos dias, uma importância fundamental em virtude do contexto social em que vivemos e,

(...)a importância da educação transcende amplamente a problemática da inserção econômica futura. A educação constitui um dos espaços centrais para a formação pessoal, social, ética e cidadã dos indivíduos e grupos, assim como para a construção da democracia, a paz e a solidariedade. (Setubal,1997 apud Minujin (1999,p.72).

Fazemos parte de uma sociedade altamente tecnológica em que a aprendizagem busca fornecer uma capacidade de adaptação às mudanças abruptas e imprevisíveis que acontecem como fruto de novas tecnologias. Isto nos força a admitir que quanto melhor conhecermos como funcionam os processos cognitivos, ou seja, o ato de conhecer, captar, integrar, elaborar e exprimir informações, mais chances teremos de vencer os novos desafios do cotidiano.

Como seres humanos, somos um organismo complexo, onde todas as suas partes integrantes evoluem e agem de um modo integrado e dinâmico. Desta interação ocorre todo o nosso desenvolvimento cognitivo e psicomotor. É impossível conceber um ser humano que não se defronte com problemas em seu dia-a-dia, pois esta necessidade de encontrar soluções explica a própria essência da adaptação do indivíduo ao seu contexto sociocultural. A base para obtermos a solução equilibrada e consciente de nossos problemas nos é transmitida por nossos núcleos sociais, particularmente pelo sistema educativo, onde as escolas devem ensinar aos alunos como incorporar o tipo de raciocínio crítico e a perspectiva moral que define a racionalidade pública (Kymlicka e Norma, 1997,p.21).

A nossa evolução como espécie, é um longo percurso de aprendizagem e adaptação, do ato ao pensamento, do gesto à palavra. O homem, desde que nasce, precisa ser socializado para sobreviver, isto significa que necessita ser educado pelas pessoas que o cercam, a partir dos modelos sociais daquele grupo, naquele momento histórico. De fato, em toda sua vida é submetido a um processo intensivo de aprendizagem que não termina até sua morte.

A aprendizagem, neste contexto, pode ser entendida como uma mudança de comportamento provocada pelas próprias experiências somadas as experiências mediadas pelas outras pessoas não podendo ser explicada, apenas como função meramente biológica, nem como uma exposição pura e simples do aprendiz a objetos, acontecimentos, atitudes e situações mas, sim, emerge de uma relação indivíduo-meio mediada por um outro indivíduo.

Efetivamente, a aprendizagem cognitiva não é um dom com que se nasce – os animais repetem comportamentos e apenas o ser humano pensa. Só o homem pode alterar seu futuro como resultado de uma nova visão, de uma nova crença. Todo homem é capaz de adaptar-se, independentemente de seu percurso educacional ou social desfavorecido. Graças a sua inteligência, o ser humano possui a capacidade de aprender mesmo quando as expectativas são passivas, negativas ou mesmo quando se tende a colocar obstáculos ou juízos precipitados sobre o potencial de aprendizagem do indivíduo

É inegável que, como nos diz Mettrau (1995),

Nenhuma inteligência funciona ou funcionará se a pessoa que a possui não acionar todos estes elementos para entrar em ação, principalmente o desejo de realizar alguma coisa.

Nos dias atuais, a questão motivacional (a motivação de cada um para cada campo de ação) é tão importante quanto à inteligência em si mesma. Estes elementos fazem parte daquilo que, usualmente, se convencionou chamar de inteligência. Portanto, percebe-se o quanto é difícil verificar, medir ou julgar a

convencionou chamar de inteligência. Portanto, percebe-se o quanto é difícil definir, medir ou julgar a inteligência humana (Mettrau,1995,p.33).

A inteligência humana, ainda hoje, não possui uma definição adequada, apesar dos inúmeros estudiosos do assunto buscarem constantemente encontrar uma resposta à esta questão. Efetivamente, ela é algo transcendente e muito complexo que não se reduz a uma definição perfeccionista, inflexível, imutável ou exclusivista. Existem hoje, diversas teorias, algumas bastante controversas, sobre o que seria a inteligência. Variam desde hipóteses geneticistas, onde inteligência seria mero resultado biológico e, portanto, próprio da espécie humana, até hipóteses espiritualistas, onde ela é considerada um dom divino.

É interessante ressaltar que a inteligência manifesta-se pelas condutas apresentadas pelo indivíduo na sociedade onde vive e é por ela influenciada. Nos fala Sternberg (1990) que:

Na espécie humana, a influência da aprendizagem sobre a conduta inteligente torna-se extraordinariamente intensificada mediante a transmissão cultural intergeracional do rápido incremento dos conhecimentos acumulados. Esta influência é posteriormente reforçada pela transmissão organizada de conhecimentos que os sistemas de escolarização formal proporcionam. Dentro da espécie humana, a inteligência implica essa combinação de destrezas cognitivas e de conhecimentos necessários, fomentados e recompensados pela cultura concreta em que o indivíduo se socializa (Sternberg, 1990,p.25).

De uma forma geral, pode-se entender como sendo inteligência, a maneira pela qual os indivíduos enfrentam as situações de seu cotidiano, ou seja, quais estratégias usa para resolver os problemas com os quais se defronta no seu dia-a-dia, aliado a possibilidade de conseguir prever as conseqüências que poderão advir de seus atos (Sternberg,2000). Ao utilizar sua inteligência, o ser humano pode apresentar algumas características que, por sua constância e consistência, poderão situá-lo acima da média dos outros seres humanos. De uma forma meramente didática, e sem jamais procura estigmatizá-las, estas pessoas podem ser consideradas talentosas, portadoras de altas habilidades ou até mesmo gênios. (Mettrau,1995).

Infelizmente, algumas teorias de inteligência são, as vezes, baseadas em teses falsamente manipuladas, não contestadas pela ciência e não raras vezes, encontramos a afirmação de que a organização social é resultado inelutável das "leis naturais", resultando da lei biológica de luta pela sobrevivência dos mais aptos, "como pode ser comprovado cientificamente". Isto nos leva a ver que as desigualdades atuais não podem ser mantidas, a não ser ao preço de um considerável desperdício das possibilidades intelectuais de nossa população menos favorecida.

Schiff (1993) busca demonstrar que não existe conflito real entre a razão e o coração e entre a moral e a ciência e com isto tenta resgatar e trazer os intelectuais para junto dos demais segmentos da população, rompendo com a barreira formada pelo saber, pela linguagem e pelo modo de pensar divergente. Acredita que esta separação dá-se, muito mais por problemas políticos do que por situações pessoais ou psicológicas. (a linguagem universitária se constitui em um grilhão, afastando o cientista da população).

Os indivíduos que se destacam por suas habilidades superiores sempre foram motivo de curiosidade. Independentemente de quando ou em que campo de conhecimento o ser humano se destaca por sua excelência, há sempre um movimento de reação, seja ele de interesse, aceitação, desconfiança ou antipatia, dependendo de como é visto pelo seu ambiente sociocultural(...). Seja como for, sempre coube à sociedade determinar qual deles valorar em uma acepção mais elevada, e quais ignorar, havendo uma mudança em tais valores relativamente ao tempo e a cultura. Alguns desses valores sobrevivem e permanecem hoje como resquícios de uma tradição enraizada em crenças populares, que se traduzem por mitos e falsos juízos sobre o que vem a ser a habilidade superior (Virgolin e Alencar, 1997, p.92).

Ao analisarmos estes enfoques, tornam-se claros os motivos que, até hoje, dificultam ou até mesmo impedem o estabelecimento de programas de atendimento aos portadores de altas habilidades em nosso país pois, como nos ensina Mettrau(1995), "... há pelo menos de 1% a 3% destas pessoas em qualquer população ou grupo sócio-econômico (p.65) e, qualquer programa destinado à este segmento teria que passar por um processo de levá-los a "Sentir, Pensar e Agir"(Mettrau,1995,p.98), o que seria um perigo para a manutenção do poder para as classes dominantes.

Uma comunidade política deve caracterizar-se por seus cidadãos reconhecerem a autoridade de uma mesma lei que se impõe igualmente a todos, permitindo que o seu direito de cidadania se expresse livremente e não estando sujeito a ninguém em particular nem ao poder pessoal de um indivíduo ou de uma casta, sendo por isto um cidadão livre. Além desta liberdade, a ação de cidadania passa, também, pela fiscalização dos governantes e pela contribuição para a formação da opinião pública.

Se postula que salvo se efetuarem-se modificações qualitativas e na orientação das políticas econômicas e sociais de modo que não se continue 'esquivando' explicitamente a redistribuição de renda e a riqueza, a desigualdade social se manterá em seus níveis atuais ou aumentará e a vulnerabilidade social continuará aumentando, se não se mudar a atitude dos cidadãos em relação à cidadania (Mazzini, 1999, p. 74).

sociai continuara incrementando-se em termos do exercicio dos direitos a cidadania (Minujin,1999,p.74). Mas, nossa cultura não é voltada para a intelectualidade e sim, orientada para o igualitarismo mal empregado e falso. Negar ou dificultar o desenvolvimento de altos padrões de inteligência e oferecer um nível médio para todos não é justo para ninguém, muito menos para os talentosos e portadores de altas habilidades. Esta luta de poderes com base no domínio da inteligência não é nova. Nos diz Virgolin e Alencar(1997) que,

Nos séculos XV e XVI, por exemplo, os indivíduos que se destacavam por suas façanhas e proezas eram tidos como inspirados por demônios, apontados como hereges e queimados como bruxos. Já na Renascença, com o advento das novas teorias derivadas da observação e classificação, os demônios foram substituídos pela mente, concebida como função do cérebro e do sistema nervoso, o que deu origem a fortes interesses sobre as diferenças individuais no comportamento mental. A falta de controle emocional, ausência de disposição, desilusões, alucinações, idéias grandiosas e novos 'insigts' ,e qualquer desvio, fosse na direção da insanidade ou da genialidade, representavam, para os médicos instabilidade mental, assumidos como sintoma de doença nervosa, mórbida e anormal (Grinder,1985). Esta concepção levou à crença de que crianças precoces estavam destinadas a serem diferentes, fisicamente fracas e neuróticas (Virgolin e Alencar, 1997, p.77).

Hoje, na medida em que a educação transforma-se, cada dia mais, num tecnicismo vazio de conteúdo próprio, mais ela se torna algo manipulável ao arbítrio das visões atomizantes e sectárias, menos útil se torna à cultura, transformando-se num desserviço que se presta ao país provocando, cada vez mais, o desperdício de talentos. (Mettrau,1997).

A escola deveria funcionar como elemento encarregado de socializar os conhecimentos adquiridos pela sociedade da qual faz parte integrante mas, infelizmente, ao não atentar para estas diferenças incontroversas no desenvolvimento da inteligência, potencializa a inadequação do jovem, colocando-o em situação de inadaptabilidade cognitiva e, ao condicionar seu aproveitamento escolar e acadêmico, impede-o de utilizar plenamente seu potencial de adaptação psicoeducacional não permitindo, também, o pleno exercício de sua cidadania.

A educação para a cidadania democrática implica necessariamente em dotar as crianças de habilidades intelectuais requeridas para evoluir para formas de vida diferentes de seus pais, já que muitas, se não todas as capacidades necessárias para poder eleger entre bons modelos de vida são também necessárias para poder eleger bons modelos de sociedade (Kymlicka e Norman,1997,p.22).

A sociedade não pode se contentar em dar uma educação ao seus membros, pois é sua obrigação fundamental otimizar e maximizar os seus potenciais habilitativos e cognitivos. Sem dúvida, a inteligência é o maior atributo do ser humano e é ponto fundamental da aprendizagem e da adaptação psicossocial (Stenberg,2000). Ela é o instrumento sem o qual nenhum homem pode conduzir com eficácia suas ações. O direito de desenvolver e aproveitar a capacidade intelectual deve ser uma realidade na sociedade atual possibilitando a concreta expressão da cidadania em todas as suas formas.

É importante ressaltar que a crise da educação é reflexo de algo mais profundo que atinge a sociedade como um todo e que só poderá ser solucionada a partir do momento que todos os cidadãos se conscientizarem da necessidade de adotar uma atitude crítica e superarem as contradições, chegando à gênese das suas dificuldades, ampliando quantitativamente e qualitativamente seu rendimento em benefício de todos e do desenvolvimento integral do homem, dando-lhe possibilidade demonstrar todo o seu talento e criatividade. Mas, de que forma a educação para a cidadania pode responder a isso tudo? Ao buscarmos evitar o desperdício da inteligência de nossos cidadãos, mostramos que, apesar da tentativa em contrário, a cidadania continua sendo essencial na dinâmica social e não pode ser facilmente rejeitada como querem alguns. A educação, em uma democracia, deve formar cidadãos ativos e prontos à lutar pelas igualdades sociais, subordinando suas diferentes funções constitutivas apenas na capacidade e na inteligência. O direito a educação e o aproveitamento da inteligência são essenciais para a sustentação da cidadania em todas as suas formas de expressão focalizadas, principalmente, nos princípios concretos dos direitos humanos e as práticas da ação política.

A educação é então, uma das ferramentas essenciais para proporcionar à infância os conhecimentos e habilidades básicas que as permite não somente aumentar sua produtividade e romper com o círculo da pobreza, mas também adquirir valores de equidade, tolerância, solidariedade e cidadania (Minujin,1999,p.72).

Esta deve ser a luta constante dos educadores bem intencionados que, apesar das pressões em contrário, levantam suas vozes na defesa de uma sociedade com possibilidades e direitos iguais para todos. Os cidadãos nunca poderão ter seus direitos humanos respeitados enquanto não tiverem possibilidade de desenvolver sua inteligência e de potencializar seus talentos e habilidades.

Referências Bibliográficas

CANIVEZ, Patrice, Educar o Cidadão?, São Paulo, Papirus Editora,1991.

CASTEL, Robert, As armadilhas da exclusão. In CASTEL, Robert; E. WANDERLEY & M.BELFIORE

WANDERLEY (orgs), Desigualdade e questão social. São Paulo, EDUC, 1997.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia, São Paulo Editora Ática, ,1997.

ENRIQUEZ, Eugène, Da Horda ao Estado – Psicanálise do Vínculo Social. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora,1983.

GÓMEZ, José Maria, Política e democracia em tempos de globalização. (In mimeo) Petrópolis,. Vozes, CLASCO, 2000.

KYMLICKA, W & W. Norman, El retorno del ciudadano: una revisión de la producción reciente en teoría da la ciudadanía. Revista de la política 3 – Ciudadanía. El debate contemporáneo. Madri. Paidós. 1997.

LUKES, Steven e GARCIA, Soledad. Ciudadanía, justicia social, identidad y participación. Madrid, Siglo XXI, 1999.

METT'RAU, Marsyl Bulkool ,Nos bastidores da inteligência. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 1995.

_____A representação social da inteligência e os portadores de altas habilidades. In: XI Seminário Nacional - Inteligência: Patrimônio Social, 1996. RJ. Anais. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

MILLOT, Catherine. Freud Antipedagogo. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora, 2001.

MINUJIN, Alberto, La gran exclusión, vulnerabilidad y exclusión en América Latina. In FILMUS, D. (org) Los Noventa Política, Sociedad y cultura en América Latina y Argentina de fin de siglo. Buenos Aires. Eudeba/Flacso, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Declaração Universal dos Direitos dos Homens. 1948.

SCHIFF, Michel. A Inteligência Desperdiçada: Desigualdade Social, Injustiça Escolar. Porto Alegre: Artes Médicas,1993.

SCHIMDT, Mário Furley, Nova História Crítica. São Paulo. Nova Geração. 1996.

STERNBERG, R.J. Mas alla del cociente intelectual: una teoria triárquica de la inteligencia humana. Espanha: Deselée de Brouwer S.A.,1990.

_____ Psicologia Cognitiva. Porto Alegre. Artes Médicas,2000.

THERBORN, Göran, Dimensões da globalização e a dinâmica das (des)igualdades. In GENTILI, Pablo (org) Globalização Excludente Petrópolis, Vozes,1999.

VIRGOLIN, Angela M.R.& ALENCAR, Eunice M.L.S. Criatividade - Expressão e Desenvolvimento, Petrópolis, RJ Ed Vozes, 1997.

[Edição anterior](#)

[Página inicial](#)

[Próxima edição](#)

Cadernos :: edição: 2003 - Nº 22 > Índice > [Resumo](#) > **Artigo**